

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecirica

ALDO SILVA DE MENDONÇA*
aldozatara@gmail.com

* Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Aplicadas e Educação – campus IV, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – campus I, Mestrando em Antropologia Social, CAPES.

Concepções teóricas acerca do campesinato de plantation:

A discussão que ora se apresenta visa se apropriar de elementos teóricos sobre o campesinato, que possa tão somente lançar subsídios para a compreensão do nosso objeto de estudo. A bibliografia sobre campesinato é vasta e profunda tanto quanto suas diversas matizes ideológicas. Nos últimos debates, o campesinato enquanto realidade sociológica tem sido abordado sob múltiplos enfoques.

Muito dessas abordagens vem se chocando com a premissa tradicional da sociologia rural, que aponta para uma transformação do campesinato rumo a uma total absorção dada pelo inevitável e irremediável processo urbano-industrial submetido pelo sistema capitalista. Entretanto, paradoxalmente a versão escatológica que prenuncia o fim do campesinato se verifica outras análises que dão conta de “novas” dinâmicas sociais e econômicas “... tornou-se crescente a produção intelectual voltada para o estudo da vida social no campo ou da estrutura agrária brasileira, reconhecendo, no entanto, *sitiantes, colonos, moradores, meeiros, parceiros, extrativistas* etc. como agentes econômicos fundamentais.” (PESSANHA NEVES, 2009, p. 306)

Nessa discussão é nosso propósito não considerar a visão pendular que concebe o campesinato como se fosse um elemento intermediário ou de transição entre uma “sociedade primitiva” e uma “sociedade civilizada”, pois subjaz entre esses marcos hegemônicos uma série de variantes que dizem respeito não apenas a aspectos materiais e objetivos, mas também a questões identitárias, simbólicas, valorativas e histórias de relações sociais que delineiam uma complexa rede social, marcada em boa medida por dinâmicas de trocas dos mais variados elementos com a sociedade mais abrangente, sem contudo, implicar em uma espécie de descaracterização de sua gramática social.

Pois o que nos interessa são elementos que se articulam a sua organização social, e não elementos morfológicos. Muito menos se sua forma de organização econômica se caracteriza por atividades agrícolas classificadas como economia de mercado preocupada com o lucro e o reinvestimento; e ou na condição de economia camponesa cuja lógica preconizada lança sua produção ao nível de subsistência.

Buscamos elementos que caracterizam um grupo cuja “ruralidade” resulta de um processo histórico marcado por perdas, negações, negociações e adaptações sociais, culturais e ecológicas; que persistem apesar do histórico e predatório avanço do agronegócio, especialmente sucroalcooleiro caracterizado de maneira geral no litoral nordestino, e cujas facetas no norte do litoral paraibano se reproduz com nuances próprias marcadas pela política agrária e fundiária do governo militar com sua política de colonização que mais na frente irei discutir. Portanto, a *comunidade de Itapecirica* aqui ensaiada é definida em termos de sua própria história, sugerindo que,

Salientamos compreender que a definição de camponês transcende à questão da produção na terra ou da residência em uma zona rural que, sabe-se, já não é uma questão fácil para as ciências sociais ou a geografia definirem. Compartilhamos, nesse aspecto, as idéias de Abramovay (2003, p.16), ao enfatizar que a agricultura seria uma atividade econômica (setor, diz o autor), mas que a ruralidade seria um *valor* ao qual a sociedade contemporânea tem atribuído crescente importância em virtude de sua vinculação à *preservação da biodiversidade*, ao *fortalecimento de manifestações culturais* e ao *estilo de vida* ao qual remete. (ZANINI, 2009, p. 89-90)

Não cabe aqui um levantamento da produção literária sobre o processo de produção do campesinato, caracterizando e discutindo um modo de produção particular, apesar de reconhecer que tradicionalmente o fator econômico tem sido a mola propulsora para compreensão dos arranjos camponeses, sobretudo, aqueles constituídos nas regiões de plantation, onde via de regra o camponês ligado a atividade agrícola é transformado em proletário rural.

“O domínio privilegiado nas análises sobre sociedades camponesas tem sido, sistematicamente, o econômico... por outro lado, é bem verdade que as configurações camponesas mais estudadas no Nordeste são aquelas que se encontram em uma região que forma parte do sistema de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a zona de plantation açucareira...” (PCTRATFESA DE GODOI, 1999, p. 22)

Entretanto, pensar através desse “axioma”, é fazer tábula rasa de um complexo sistema social e cultural multifacetado por particularidades históricas cuja estrutura conjuntural reflete contextos que tendem a heterogeneizar o espaço socialmente produzido onde,

“... a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela

convivência em espaços de interculturalidades, as alternativas de integração social são constituintes das configurações possíveis e expressões da diversidade situacional.” (PESSANHA NEVES, 2009, p.312)

O termo camponês é uma categoria genérica de análise que encobre uma fluidez conceitual complexa, o que acaba muitas vezes gerando dificuldades de operacionalidade. Assim como os fatos, os conceitos têm sua historicidade, portanto, metamorfoseiam-se por um princípio acumulativo para fazer frente a novas questões postas por novos contextos. A teoria clássica costuma classificar o camponês como um agricultor, encerrando o seu mundo a uma única atividade econômica, entretanto, evidências empíricas apontam para realidades que fogem das redes de classificação tradicionalmente difundidas, pois,

“Atualmente, no entanto, são poucos os que se dedicam exclusivamente à atividade agrícola. Durante a época da safra da castanha vão trabalhar nos castanhais, onde recebem um “salário disfarçado”. Possuem, portanto, dois papéis sociais bem distintos, o de apanhador de castanha e o de agricultor. Fixando-nos em sua face agrícola, vemos, ainda, que ao lado disso têm, de certa forma, de se adaptar a uma situação que é, sob certos aspectos, exatamente o inverso da situação camponesa clássica.” (VELHO, 2009, p. 90)

Mas principalmente seguindo as orientações da professora Nazareth Wanderley (1996) que aponta para um conjunto de características do campesinato brasileiro que o distingue da concepção clássica do campesinato, justamente, por se tratar de um processo histórico particular resultante das várias combinações sociais gestadas ao longo da formação da sociedade brasileira. Isto em certa medida, problematiza a capacidade analítica do conceito tradicional de campesinato em dar respostas às complexas dinâmicas estabelecidas, sobretudo na sociedade moderna.

“... em que medida o modelo camponês clássico pode ser generalizado a todas as sociedades em todos os momentos históricos, em particular nas sociedades modernas. A hipótese que Mendras formula sugere que: “Em outras regiões do mundo, este esquema pode servir de base de comparação e alguns de seus elementos podem ser instrumentos úteis de interpretação: porém, seria perigoso vê-lo como um modelo universal, capaz de explicar todas as coletividades agrárias dominadas por uma sociedade mais abrangente. (WANDERLEY, 1996, p. 7)

Nos meandros dessa discussão surgem outras inquietações a respeito do processo de adaptações e mudanças no seio da organização camponesa. Será que mudanças na forma do trato com a terra através da aquisição de novas técnicas, bem como uma gestão “mais

racional” de sua produção voltada para atender certa demanda no mercado descaracteriza o “camponês”? Existe uma essencialidade que marca definitivamente a maneira de ser um “camponês”? Como forma de se posicionar sobre tais questões salientamos a importância de certas características estruturais para além da economia. As “novas” formas de sociabilidade geridas no meio rural não descaracterizam o camponês, pois a cultura é dinâmica e responde a diversos estímulos, cabendo ao grupo balizar e filtrar os elementos favoráveis para sua reprodução social. Estamos falando, por exemplo, de atividades não agrícolas no espaço rural colocando em suspensão a dicotomia rural e urbana tão bem enfatizada em uma das correntes da sociologia rural (CARNEIRO, 2012).

Nesse sentido, a concepção de camponês aqui empregada reflete mais um conjunto sociocultural e menos econômico; na falta de um termo mais adequado seria um tipo social que a partir de referências as atividades agrícolas, mas não unicamente através delas, gera um núcleo identitário posto em evidência no caso aqui estudado na condição de *pequenos produtores* ou *pequenos agricultores*. Ou seja, as redes de relações sociais e culturais são em grande medida resultado de um quadro de representações historicamente constituído ligado ao trabalho na terra – relação entre homem e terra que se estabelece de forma material e simbólica. Portanto, tal núcleo de relações se desenvolve no espaço rural que definimos a partir da seguinte perspectiva “... o espaço rural pode ser definido pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade. (WANDERLEY, 2009, p. 72)

O estudo deste universo é resultado, em boa parte, das preocupações empírico-teóricas da Antropologia sobre grupos marginalizados, resultado do processo do avanço capitalista através das suas diversas faces em contato simbólico e material com grupos “residuais” constituídos historicamente a partir de relações de poder entre colonizador e nativo, tais relações produziram tipos sociais e espaços sociais com características peculiares de um circuito que poderíamos denominar de cultura camponesa. (CANDIDO, 1964)

Nesse sentido, as referências articuladas por Wolf (2003) traz no seu bojo as contribuições de Robert Redfield (2003), Alfred Kroeber (2003) e Julian Steward (2003); que nos remete a uma relação simbiótica entre a sociedade camponesa e a sociedade urbana

(campo e cidade), chegando ao ponto de sentenciarem que a existência de um se estabelece em função do outro. Seguindo essa linha de raciocínio, Bourdieu parece concordar com essa lógica para definição de um campesinato: “Daí Redfield sustentar que o camponês, enquanto tipo humano, só pode ser definido se referido a cidade, sendo a relação com o citadino e com a vida urbana sob todos os aspectos uma das características constitutivas da existência camponesa...” (BOURDIEU, 2007, p.4) Essa relação também é destacada por Velho (2009) ao citar Weber: “... como diz o próprio Weber, que ‘não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana, no presente, em grande parte do mundo civilizado.’” (2009, p. 89)

Tal premissa teórica nos convida a um curto passeio sobre a própria história da complexidade da Antropologia. Nesse momento a Antropologia, em meados do século XX, vai direcionar parte do seu olhar museológico para as comunidades camponesas cuja existência estaria ameaçada devido a força centrípeta da cultura hegemônica capitalista. Tal olhar se aproxima da intervenção da antropologia em sua fase de formação no final do século XIX: “preocupada” com as sociedades primitivas devido às transformações impelidas pelo contato. Em função disso os antropólogos as enxergam como instituições fósseis, que representam elementos da natureza humana na sua originalidade. Portanto, é significativo o intento dos antropólogos do final do século XIX e início do século XX em estudarem (dissecarem) essas sociedades a fim de obterem respostas para os intrigantes padrões da vida civilizada. Nesse sentido a Antropologia dava seus primeiros passos a serviço do processo “civilizador” buscando compreender as supostas formas de organização social desses grupos humanos, abrindo espaço dominador no ambiente das culturas estranhas para facilitar o acesso das missões militares e religiosas.

Dentro desse contexto seria então necessária uma distinção entre sociedade primitiva e sociedade camponesa:

“Já se costuma distinguir os camponeses dos primitivos, colocando em oposição as populações rurais, sujeitas aos ditames de um Estado super-organizado, e os habitantes rurais que vivem fora das fronteiras de tal estrutura política. Os primeiros são camponeses, os segundos não. (WOLF, 1984, p. 14)

O mesmo autor define o camponês distinguindo-o do primitivo pelo fato de se constituir como um arranjo social não dotado de características “genuínas” em função do seu

processo de integração estabelecido a partir de relações econômicas com as cidades, implicando que,

“O termo ‘camponês’ indica uma relação estrutural, não um determinado conteúdo de cultura... os camponeses não são primitivos, isto é, a cultura do segmento camponês não pode ser entendida em termos dela mesma, mas como uma cultura parcial, relacionada com um todo maior.” (WOLF, 2003, p. 121)

Em resumo para a discussão em tela, verifica-se claramente que os critérios utilizados para definição de um tipo de campesinato utilizado pelo antropólogo Wolf foi o econômico. Sua definição de camponês estaria intimamente ligada a um tipo de atividade econômica e principalmente sua situação ao nível de relações econômicas tecidas pelos ditames da economia de mercado capitalista, visto que há uma preocupação em distinguir o camponês do fazendeiro, cuja preocupação maior reside numa produção voltada essencialmente para o mercado. Entretanto, sua contribuição teórica em enfatizar características estruturais e não morfológicas foram de grande valia para o nosso objeto de estudo. Apesar de canalizada sua discussão para lógica econômica deixou a possibilidade para outras características. Nesse aspecto, direcionamos nossa pesquisa para características estruturais ligadas as relações sociais e identitárias da comunidade de Itapecirica.

Nessa proposta as orientações de Woortmann (1995) sobre campesinato baseadas principalmente do trabalho de campo realizado em comunidades do Nordeste e comunidades de colonos situados no Sul do Brasil, constituem-se referenciais empírico-teóricos de grande valia para compreensão do campesinato brasileiro. A antropóloga analisa o universo do campesinato a partir de categorias essenciais para a compreensão desse universo. Tal entendimento passa por representações que envolvem: parentesco, território e descendência. Essas categorias se estruturam através de interligações sociais, econômicas e culturais que giram em torno da concepçãoêmica de família e terra. Tais mecanismos possibilitam o equilíbrio entre o nicho ecológico e as estruturas organizativas sustentadas e baseadas sempre na noção de parentesco; as noções do de fora, e do de dentro; barreiras simbólicas para distinguir os direitos ao acesso a terra e a herança.

Por fim o universo do campesinato construído pelos autores aqui abordado possui elementos conexos que produz espaços sociais e culturais peculiares de um processo histórico

que relegou grupos humanos a se adaptarem a uma realidade marginal do ponto de vista do processo capitalista e de seus “avanços”. Seja pela preponderância da ótica econômica, ou cultural, estrutura de parentesco; esse universo encontra-se sempre em transformação frente à marcha do “progresso” do capitalismo que passa pela reconfiguração das fronteiras agrícolas e consequentemente reordenamentos sociais.

A relação de moradia em Itapecirica e suas implicações simbólicas e materiais:

As relações de poder historicamente reproduzidas conferiram a Itapecirica um quadro socialmente típico desenvolvido em torno dos engenhos de açúcar, onde o poder do coronel transcendia aspectos meramente econômicos, atingindo capilaridades morais e físicas sobre o corpo social, cuja fisiologia do poder passava pela disciplina do corpo e da mente.

Com a casa, o morador recebe trabalho (e será um *morador de condição*) ou terra (e será um *morador-foreiro*), mas, em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba *sítio*), a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um *terreiro*, *chão de terra* ou *fundo de casa* que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa. Isso é percebido como “natural” e não precisa ser explicitado no “contrato” de moradia. O proprietário não reconhecer isso significa um desrespeito intolerável às regras do jogo, como fica evidenciado nas queixas generalizadas dos trabalhadores, de que os proprietários estão plantando cana “dentro da casa dos moradores”... (PALMEIRA, 2009, p. 205)

O engenho de Itapecirica foi de propriedade de famílias aristocráticas detentora de prestígio político e econômico como a dos Albuquerque Maranhão, originária do Rio Grande do Norte, que pela sua participação ativa no movimento republicano de 1817 tiveram seus bens sequestrados e muitos tiveram que subir ao patíbulo:

“José Felipe de Albuquerque Maranhão, natural do Cunhaú e morador em seu engenho Tapicirica. Pelos seus serviços a causa revolucionária esteve na Bahia até 1821. Seus bens soffreram sequestros em 2 de Maio de 1818, outro em 7 do mesmo mez e anno. Em 26 de Maio de 1819 se fez arrematação de renda trienal do engenho Tapicirica por.. 1:203\$000, arrematante Pedro de Albuquerque Maranhão.” (PINTO, 1977, p. 324)

Pertenceu também ao major Alfredo (cunhado do advogado João Dantas); passando pelo domínio dos Balthar família advinda do engenho Munguengue situado à margem direita do rio Paraíba; chegando aos Lundgren “donos” de grandes propriedades fundiárias no estado da Paraíba. (GALVÃO, 1995; FERNANDES, 2000; LIMA, 2008)

Em meados de 1940 a aquisição do engenho pelos Lundgren se deu de forma conturbada uma vez que um dos proprietários o coronel Afrísio Balthar não tinha interesse em vendê-lo como se pode perceber, pois,

Desde quando puseram os pés em Rio Tinto, os Lundgren cobiçavam também as terras da localidade ainda hoje denominada Itapecirica. O proprietário delas, coronel Afrísio Baltar, não admitia sequer discutir a venda do imóvel. Primeiro porque gostava do lugar; depois era amigo, amicíssimo, dos Fernandes de Lima, arquiinimigos dos Lundgren... mas o coronel Frederico Lundgren (que de coronel e de europeu realmente não tinha nada – a patente também era comprada e o registro de nascimento indicava Rua da Aurora, Recife-PE – não era de perder parada. É aí que entra o doutor José Mário Grilo Porto. Advogado... espécie de diplomata dos Lundgren por essas bandas do mundo... O coronel Balthar não era dono das terras sozinho. Sua irmã Louquécima Baltar (Alexina Ferreira Balthar), herdara boa parte delas. Porto, então, arranjou um jeitinho. Encheu Louquécima de elogios... convidou Louquécima para uma festa à lá Paris num dos Clubes chiques de João Pessoa... Louquécima enlouqueceu!!! Tanto que, como prosseguimento de algumas conversas preliminares ocorridas na própria festa, pouco dias depois, através de Mário Porto, ela assinava um documento vendendo a parte que lhe cabia em Itapecirica. (JOSÉ, 2000)

Essa refrega que tinha como pano de fundo a propriedade de Itapecirica representava algo maior que uma simples aquisição fundiária. Passava por questões políticas entre os principais latifundiários do Litoral Norte da Paraíba na primeira metade do século XX – os Lundgren e os Fernandes de Lima - conforme podemos perceber no documento manifesto de 1955, ano que se comemorava o centenário da cidade de Mamanguape, redigido pelo então vereador José de Oliveira Ramos:

“Pelo evento, todos os mamanguapenses deveriam, irmanados por um só pensamento, unidos por um ideal, confraternizados, comemorar tão auspicioso acontecimento. Infelizmente, os recalques políticos, os ódios e as paixões pessoais não permitiram que assim fôsse... lançar aos meus conterrâneos o seguinte Manifesto: ... faço o meu veemente apêlo aos dois chefes políticos predominantes em nosso município, irmãos Fernandes e irmãos Lndren, para que se confraternizem, em homenagem aos nossos antepassados e em homenagem aos nossos sucessores. A paz política, conterrâneos, precisa, hoje, mais do que nunca, ser restabelecida em nosso município, para que reine a paz e o progresso em Mamanguape... E eu digo que sei o mamanguapense mais feliz quando me disser que os irmãos Fernandes e Lundgren se confraternizaram pela paz e pelo pregresso do município de Mamanguape. É esse meus conterrâneos a minha sincera contribuição e o meu maior desejo ao ver passar a data do primeiro centenário da nossa cidade. Mamanguape, 25 de outubro de 1955.”

Apesar dos esforços do vereador em apaziguar as facções políticas hegemônicas, as circunstâncias eram inapeláveis, e o resultado foi que “pela lei nº 1.622, datada de 06 de novembro de 1956, o distrito de Rio Tinto foi emancipado de Mamanguape¹, desligando-se administrativamente da terra-mãe e instalando-se definitivamente a 13 de dezembro de 1959.” (COSTA, 1986, p. 91)

Com o processo de autonomia política de Rio Tinto verificou-se que,

Na prática, a Companhia lucrava com a providência, visto que isso significava cortar as amarras com os Fernandes de Lima, tradicionais detentores da Prefeitura de Mamanguape – a que até então se subordinara o distrito de Rio Tinto – como proprietários da Usina Monte Alegre, e prestigiosos líderes do PSD, partido que disputava com a UDN dos Lundgren o comando político da Paraíba... Essa rivalidade possuía raízes sociológicas, sendo Mamanguape tradicionalmente, agrícola, patriarcal e liberal-conservadora, com Rio Tinto assumindo ares modernos, industrialistas, operários e... autoritários. (PANET, 2002, p. 75)

O cisma político caracterizado por desavenças de poder entre as famílias dos Lundgren e dos Fernandes de Lima consolidou um processo que já vinha se desenhando desde as primeiras ações por “demarcação de território”, ocorridas na primeira metade do século XX, ou seja, a conquista de “novos” engenhos e conseqüentemente a constituição de suas extensas parentelas por relações assimétricas formam os ingredientes para o status hegemônico político e econômico que cada grupo se utiliza para formar seu respectivo patrimônio fundiário, moral, econômico e político.

O arcabouço socioeconômico do município de Mamanguape fora erigido sob o signo do latifúndio. Esse traço foi marcante na primeira metade do século XX, quando dois grupos empresariais rivalizavam-se na disputa por terras. O quadro fundiário da região ficara da seguinte forma:

¹ Observamos também que a área administrativa de Mamanguape variou ao longo dos anos. Na década de 1940 o município contava com 1.911 Km², isto é, 3,40% sobre o total do Estado (IBGE, 1948). Nos anos de 1980 a área correspondia a 840 Km². Essa alteração deve-se ao processo emancipatório de alguns distritos: Rio Tinto (1956), Jacaraú e Itapororoca (1961), Baía da Traição e Mataraca (1963). Um novo movimento emancipatório ocorrera no ano de 1994, desta vez, foram os distritos de Capim, Cuité de Mamanguape e Curral de Cima que consolidam sua autonomia político-administrativa. (MENDONÇA, 2008)

À época as grandes propriedades do município já tinham sido negociadas ou com a Usina Monte Alegre, (Leitão, Forno, Alméciga, Santíssimo, Linhares); ou com a Cia. de Tecidos Rio Tinto (Itapecerica, Brejinho, Imbiribeira, João Pereira, Boa Vista, Tatupeba, Luiz Dias, Piabussu e Engenho Novo). (COSTA, 1986, p.90-91)

A tomada de Itapecirica pelos Lundgren que foi comemorada na famosa “Festa do Cunhão de Boi²” acirrou profundamente o desentendimento entre tais famílias à medida que o coronel Afrísio Balthar era aliado dos Fernandes e existia uma orientação por parte destes para que o coronel não vendesse a propriedade, “Os Fernandes pediram que Baltar segurasse o tranco e não se desfizesse das terras de jeito nenhum...” (JOSÉ, 2000).

A indústria agrícola era responsável no município de Mamanguape pela absorção de grande quantidade de trabalhadores, sobretudo, durante a safra. “Nessa ocasião, convergia para zona das usinas grande número de trabalhadores vindo do agreste e do sertão”. (ANDRADE, 1997, p.53-54). Entretanto, bem mais intenso fora o influxo da Cia. de Tecidos Rio Tinto, que atraía famílias inteiras das mais diversas regiões, principalmente nos períodos de seca. No ano de 1940 o distrito de Rio Tinto, superara em urbanização e densidade demográfica a sede administrativa.

Essas curtas linhas sobre determinado período da história política da cidade de Mamanguape traz à baila uma tentativa de caracterização de uma estrutura política e econômica responsável por outras estruturas paralelas como a fundiária e a social, que são definidoras do tipo de relações sociais estabelecidas por uma sociedade agrária em franca transformação, seja pela presença das usinas tornando boa parte dos engenhos em condição de fogo morto, transformando-os em fornecedores de cana de açúcar, seja pela presença da fábrica de tecidos com o aparecimento da classe operária – transformando camponeses, pescadores e índios em operários.

Temos nesse quadro duas unidades produtivas industriais que necessitam de grandes quantidades de terras para suprir suas necessidades. No caso da fábrica “... havia se apossado dessas terras cortando suas árvores para o uso da madeira nas construções das instalações fabris e para lenha das caldeiras.” (VALE, 2008, p.46) É válido também o raciocínio que havia a necessidade por áreas produtoras de gêneros alimentícios com o intuito

² Prato típico feito de testículos de boi, bastante apreciado pelos alemães que trabalhavam na CTRT.

de abastecer o barracão e a feira, a fim de escoar a produção para o consumidor final que era os próprios operários, fechando assim um ciclo cuja função principal seria imobilizar a mão de obra, pois,

Nesse barracão, onde também chegou a funcionar ‘o quarto das frutas’, os Lundgren jactavam-se de vender mais barato, o que o coronel Frederico explicou em conversa com seu fiel escudeiro Ornilo Costa. Como este reclamasse dos ínfimos preços por que eram vendidas as jacas plantadas em terrenos da Companhia, F. João Lundgren fez sentir que ‘(...) Ornilo, meu fiel servidor, tu és um imbecil! A minha Indústria não vive de jacas, mas sim, dos tecidos que produzimos’. Noutras palavras, a alimentação podia ser vendida a preços abaixo do mercado porque, produzida em terras aforadas pela Companhia, a custos baixíssimos, sua finalidade consistia em assegurar a reprodução da força de trabalho industrial. (PANET, 2002, p. 98)

Além do status político que as propriedades conferiam aos seus donos, elas exerciam um papel econômico e social importante para manter o funcionamento de toda uma cadeia produtiva, pois, nesses espaços existia a figura do morador, utilizado como mão de obra para produção de alimento e outras funções. A figura do morador é um elemento central em nossa discussão tendo em vista que esse termo se aplica a um contexto específico das *plantation* do nordeste dada sua concentração e estrutura fundiária. Portanto, o termo morador designa antes de tudo uma condição social suscitada pelas relações sociais gestadas nos núcleos das propriedades fundiárias. Núcleo esse que irradia forças para além de políticas e econômicas, mais também morais e simbólicas que foram resultado de um longo processo histórico. O tipo social que caracteriza o morador aqui empregado aproxima-se daquele expresso por Wootmann(1995),

No entanto, apesar dos currais e das sesmarias não foi o grande latifundiário que efetivamente ocupou e povoou a região. Pelo contrário, a ocupação efetiva foi realizada em grande parte por posseiros, brancos livre-pobres ou caboclos e negros sobreviventes, ou mesmo por homens livres autorizados pelos sesmeiros a ocuparem terras. (WOORTMANN, p.221)

O fluxo de pessoas entre as diversas propriedades de Mamanguape para trabalharem na condição de morada era comum, o censo realizado na comunidade de Itapecirica na época desta pesquisa, constatou diversas famílias originárias de antigos

engenhos circunvizinhos como: Telha, Miriri, Luis Dias, Guarita, Pioca, Mescla, Duros e Leitão; como também de outras cidades: Sapé e Santa Rita.

A relação de morada em Itapecirica é marcada na memória social quando o engenho pertencia a Companhia de Tecidos Rio Tinto – CTRT. Nessa época, conta os mais velhos que, *não se pedia trabalho e sim morada!* A morada representava uma espécie de contrato unilateral e tácito de trabalho cujas cláusulas reafirmavam a posição das partes numa hierarquia de poder onde o Morador³ submetia-se as condições impostas pelo “dono” da terra.

O senhor observava para que o morador não pudesse prover sozinho o conjunto de suas necessidades, por exemplo, através da concessão de roçados de tamanho insuficiente para cobrir o consumo anual, ou barracões. Através destas práticas colocava o morador em tal situação que este tinha sempre interesse em trabalhar nos campos coletivos do domínio sob as ordens diretas do proprietário; era o único meio de conseguir um pouco de dinheiro para compras indispensáveis, como o sal e o querosene, e para o pagamento das dívidas eventuais contraídas no barracão. Além de contribuir para reforçar a dominação específica do senhor, os barracões redobravam o isolamento dos moradores, ao evitar os deslocamentos semanais para as feiras das cidades; então o trabalho, a residência e as trocas necessárias à vida quotidiana se passavam no interior do domínio. Nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, mortes, recorria-se ao senhor, e era sua generosidade nestes momentos que alimentavam a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do domínio. (GARCIA JR. 1989, p. 40)

Essas relações de poder foram comuns nas áreas de plantation açucareira nordestina, onde o termo morar tem um significado além do habitual, pois,

Se para o nosso senso comum urbano *morar* significa simplesmente “habitar”, para os trabalhadores da cana, as coisas se colocam de maneira diferente. *Morar* significa ligar-se a um engenho e ligar-se de uma maneira muito particular. Nada é mais comum do que um trabalhador corrigir uma utilização imprecisa por parte do pesquisador dos termos *morar*, *morada*, *morador*. *Morar* está sempre associado a *engenho*, mesmo quando se trata da propriedade de uma usina. Um trabalhador corrigirá quase sempre a pergunta “o senhor trabalha em que engenho?” com a resposta (muitas vezes precedida por uma manifestação de não atendimento) “eu moro no engenho X”. (PALMEIRA, 2009, p. 204)

Em Itapecirica os mais velhos narram de forma enfática a condição de morada imposta pela CTRT, através da qual o camponês Morador não tinha condições de estabelecer

² O termo Morador aqui empregado com letra maiúscula designa o morador de Itapecirica submetido a condição de morada pela CTRT tal qual entendida na acepção desenvolvida por Afrânio Garcia (1990) e Moacir Palmeira (2009). Já o termo em minúsculo designa o morador no contexto da atuação do INCRA até os dias de hoje.

sua autonomia de forma a conduzir os processos produtivos e sociais necessários para sua reprodução, conforme relato do morador Arnóbio Santana registrada no trabalho monográfico de Paulo Benício Vicente (2003, p.42):

Nenhum morador podia plantar uma toceira de cana, meu pai plantou, eles vieram e arrancaram, só plantava coisas que saia logo. Só depois da revolução é que pai plantou bananeira, coqueiro, laranjeira. E tinha uma coisa, morava em casa de paia, da porta de vara, de dia o home trabaiava de noite, ficava atucaiano o gado pra não cumer a paia da casa, porque ninguém podia cercar a casa. Panhar capim ninguém podia, pai panhou um moi de capim, o vigia mandou deixar o capim, a navaia, deixar tudo. Trabaiava o dia todim e não podia cortar uma cana pra chupar, se o freguêi chupasse uma cana, trabaiava um dia todim pra pagar a cana que chupou... (Arnóbio morador de Itapecirica, entrevista realizada em 2003)

Uma das regras básicas imposta ao Morador era a proibição de retirar qualquer elemento da “natureza” circunscrito ao engenho sem a prévia autorização da administração, muito embora fosse este elemento abundante na paisagem física como coco, laranja, cana de açúcar, capim para o gado e lenha para produzir fogo. A fiscalização e domínio sobre os Moradores era tamanha que um simples ato de retirar uma cana para chupar tinha consequências “desproporcionais”, pois o Morador como forma de punição era obrigado a trabalhar numa conta (medida de área que corresponde 12X13) e até poderia perde a morada.

Se um menino chupasse uma cana e o vigia pegasse levava prá administração aí mandava chamar o pai dele. Aí o pai dele vinha. Seu filho chupou uma cana, uma laranja uma coisa assim e outra aí você vai pagar uma conta de mato... e se você não fizesse perdia a morada. (João Preto)

Em Itapecirica é comum tais relatos que ensejam a fragilidade e a dura condição de vida dos Moradores à época da CTRT. Em busca de maiores detalhes sobre tal condição sou orientado por Edilma (presidente da Associação) a conversar com o senhor Ludgero, morador antigo e conhecedor de como era as coisas na época da CTRT.

Ao chegar à sua casa no alto de uma colina pela parte da tarde o mesmo não se encontrava, pois havia saído para ver seu roçado, resolvi então encontrá-lo e desci a sua procura. Antes recebi informações de suas características físicas, trava-se de um homem

negro de estatura mediana com mais de noventa anos, portanto, não seria difícil encontrá-lo segundo sua esposa Mirian Ermezinda.

Ando aproximadamente uns dez minutos passando entre arames farpados e partidos de cana e de longe vejo dois homens um pouco distantes ente si. Então fico surpreso ao ver aquele senhor limpando o mato de um jeito não muito recomendado pelos professores de Educação Física quando devemos flexionar os joelhos para apanhar algo a fim de evitar problemas na coluna. De repente ele para e olha para mim e como se ignorasse minha presença volta a realizar sua tarefa. Pergunto em voz alta – É o senhor Ludgero? Ele balança a cabeça positivamente, então se aproximo e me identifico como da universidade e que estava realizando uma pesquisa sobre as Ligas Camponesas. O segundo homem era seu filho que desconfiado se aproxima perguntando o que eu queria, antes que respondesse, Ludgero se impõe, *o rapaz é da universidade!* Feita as apresentações, nesse primeiro momento conversamos no seu roçado por uns trinta minutos, sempre intercalando sua fala com a tarefa na limpa do seu terreno.

Figura emblemática, o senhor Ludgero, como é conhecido na comunidade nasceu em 1920 no engenho Telha localizada no atual município de Capim-PB, veio para o Engenho Itapecirica na condição de Morador quando este pertencia a CTRT, é conhecido pela sua militância nos quadros da Liga Camponesa e no Sindicato Rural de Mamanguape.

Quando cheguei aqui era tudo da companhia, a gente pagava a diária, um dia de diária por semana. Era ruim, tinha que trabalhar numa conta de 12x13, quando o mato era rim a gente só terminava nouto dia. Em 1956 eu não agüentei mais a fome aqui fui embora para São Paulo, trabalhei no jornal na Folha da Manhã na Avenida São João, passei dois anos lá a mulher não agüentou o frio vim pra qui, passei só dois anos e to aqui.(Ludgero)

Verifica-se então que a morada era paga através da *diária*, ou seja, a condição de morada passa por uma relação de dom e contradom nos termos de Marcel Mauss (1974). Entretanto, saliento que as relações de morada desenvolvida no contexto estudado de Itapecirica se desenrolaram em bases assimétricas, portanto, não homogêneas. Sendo assim, tomando-a como exercício mental, sua teoria aborda determinados aspectos, sobretudo aqueles que consideram como universais, tais como relações econômicas e contratuais



estabelecidas no seio das diversas sociedades humanas, principalmente daquelas denominadas pelo autor como primitivas ou arcaicas.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Manoel Correia de **O Rio Mamanguape**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** / Pierre Bourdieu; São Paulo: Perspectiva, 2007.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

CARNEIRO, Maria José (organizadora). **Ruralidades contemporâneas: modo de viver e pensar o rural na sociedade brasileira** – Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape: A fênix paraibana**. Campina Grande: GRAFET LTDA., 1986.

FERNANDES, João Batista. **O pai do vento**. Copyright, 2000.

GALVÃO, José Campello d'Albuquerque. **Diário da Guerra do Paraguai**. Unigraf, 1995.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universitária de Brasília: MCT – CNPq, 1989.

JOSÉ, Ademilson. **A história que os Lundgren esconderam: Nazistas em Rio Tinto**. O Norte, João Pessoa, 26 nov. 2000.

LIMA, Aline Barboza de. **Assentamento APASA – PB A agroecologia na construção de novas territorialidades**. Dissertação de mestrado, PPGG/UFPB, 2008.

MAUSS, Marcel. “**Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão de trocas nas sociedades arcaicas**”, in MAUSS, Marcel, Sociologia e antropologia, vol. II. São Paulo: EDUSP, 1974.

MENDONÇA, Aldo Silva de. **Exclusão social e periferização em Mamanguape-PB** Monografia de Especialização em História do Brasil. FIP, 2008.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PANET, Amélia... [et al.]; **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa, UNIPÊ Editora, 2002.



PESSANHA NEVES, Delma. **Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais**. In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato/Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1977.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2008.

VELHO, O. G. A.C. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1/organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

VICENTE, Paulo Benício. **Ligas camponesas em Mamanguape-PB**. Monografia de graduação em Geografia. UEPB. 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996.

WOLF, Eric R. “**Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar**”. In, FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (org.) Antropologia e Poder: contribuições de Eric Wolf. Brasília/EDUNB. São Paulo/Imprensa Oficial/ Editora Unicamp. 2003. pp.117-181.

WOLF, Eric R. **As guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo; Brasília. Hucitec; Edunb, 1995.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul**. In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.